

Rombo do IPC ameaça os novos aposentados

O Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), que ainda não conseguiu ressarcir-se do prejuízo causado pelo rombo de 10 milhões de dólares do ex-deputado carioca Gustavo de Faria (PMDB), está às voltas, hoje, com sérios problemas de orçamento. O atual presidente do Instituto, senador Chagas Rodrigues (PSDB-PI), garante que as contas estão em dia, mas não sabe se poderá atender aos parlamentares que não foram reeleitos e que têm direito a aposentadoria pelo IPC. O IPC tem uma despesa mensal de Cr\$ 150 milhões, e esse valor não inclui um dos benefícios mais procurados pelos quatro mil 849 associados: a concessão de empréstimos, que está suspensa.

Ainda assim, Chagas Rodrigues assegura que vai pagar o reajuste de 30 por cento das pensões previsto por lei, e para o futuro estuda a possibilidade de aumentar a contribuição mensal dos parlamentares de 10 para 15 por cento dos subsídios. "Vamos estudar até mesmo um aumento na contribuição de funcionários, de 1 por cento, por exemplo", disse o senador. Ele lembra, ainda, que o IPC perdeu suas reservas com o Plano Collor — não conseguiu reaver o total dos depósitos realizados em cruzados novos — mas possui um patrimônio de 39 imóveis no DF. "O Instituto está sofrendo como qualquer outra entidade que dependa de verba do Governo", acrescenta.

O advogado do instituto,

Leopoldo Cesar Fontenele, que acompanha os 12 processos tramitando na Polícia Federal, Tribunal de Contas da União, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na justiça comum contra Gustavo de Faria, não tem qualquer perspectiva de conclusão nas várias instâncias. Entretanto, acha que os seis processos de ações cíveis podem obrigar os envolvidos a pagar os prejuízos e danos. Gustavo de Faria pode ser condenado, também, a pena entre dois e oito anos de cadeia. "A primeira punição ele já recebeu que foi a derrota nas urnas das eleições de outubro", disse Fontenele. Faria renunciou ao mandato antes de ser cassado, e candidatou-se, este ano à reeleição.

Os processos acusam também as empresas A Rural, HP, Credimus, Celtec e a Fundação de Seguridade Social do Estado de Minas Gerais (Fundasemg). Na área cível, além de Faria, os processos envolvem ainda a Celtec, Banco do Progresso, a Rural, HP, Credimus e Banerj, além de Antônio Delapieve — DTVM, de Porto Alegre (RS). A sentença condenatória que poderá levar Faria para a cadeia refere-se à transgressão da Lei 7.492/76, mais conhecida como "a Lei do colarinho branco". Entretanto, só o inquérito sobre as operações de debêntures pela CVM já foi concluído. O IPC conta, hoje, com quatro mil 849 associados, entre parlamentares, ex-parlamentares e funcionários da Câmara e do Senado.